

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	17
1.1. DEFINIÇÃO DE RPPS E CONCEITOS GERAIS INTRODUTÓRIOS	17
1.2. COMPETÊNCIA PARA INSTITUIÇÃO E NORMATIZAÇÃO.....	21
1.3. PRINCÍPIOS INFORMADORES	21
1.3.1. Contributividade	21
1.3.2. Solidariedade.....	22
1.3.3. Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	23
1.3.4. Obrigatoriedade da Filiação.....	25
1.3.5. Tríplice Custeio.....	25
1.3.6. Pacto Intergeracional	26
1.3.7. Anterioridade nonagesimal (Noventena).....	26
1.3.8. Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	28
1.3.9. Aposentadoria não inferior a um salário mínimo	28
1.3.10. Tempus Regit Actum.....	29
1.3.11. Contrapartida ou Precedência da Fonte de Custeio	30
1.4. SEGURADOS E DEPENDENTES.....	34
1.5. MIGRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	48
 CAPÍTULO 2 – REGRAS GERAIS NACIONAIS APLICÁVEIS AOS REGIMES PRÓPRIOS DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS.....	 75
2.1. O NOVO MODELO FEDERATIVO DE RPPS APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019.....	75
2.2. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	105

2.3.	ESPÉCIES DE APOSENTADORIAS: INVOLUNTÁRIAS E VOLUNTÁRIAS	128
2.4.	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE: REGRAS GERAIS	129
2.5.	APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR IDADE: REGRAS GERAIS.....	141
2.6.	APOSENTADORIA COMPULSÓRIA SANCIONATÓRIA DOS JUÍZES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	146
2.7.	APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS: AUTONOMIA DOS ENTES FEDERATIVOS APÓS A EC 103/2019.....	153
2.8.	ANTIGAS REGRAS PERMANENTES DAS APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS: COMUM E PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO COM PROVENTOS INTEGRAIS	154
2.9.	ANTIGAS REGRAS PERMANENTES DAS APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS: APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS	161
2.10.	VIGÊNCIA/REVOGAÇÃO DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS EMENDAS 41/2003 E 47/2005	162
2.11.	ANTIGA REGRA DE TRANSIÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ: EMENDA 70/2012 (ART. 6º-A DA EC 41)	166
2.12.	ANTIGA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ARTIGO 2º DA EC 41/2003	167
2.13.	ANTIGA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ARTIGO 3º DA EC 47/2005	168
2.14.	ANTIGA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ARTIGO 6º DA EC 41/2003	173
2.15.	APOSENTADORIA ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS: REGRAS NACIONAIS E REGRAMENTO ANTERIOR	182
2.16.	APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REGRAS NACIONAIS	201
2.17.	APOSENTADORIA DOS POLICIAIS: REGRAS NACIONAIS E REGRAMENTO ANTERIOR.....	218
2.18.	PENSÃO POR MORTE: REGRAS GERAIS CONSTITUCIONAIS	232
2.19.	ACUMULAÇÕES E O ARTIGO 24 DA EC 103/2019	244
2.20.	REAJUSTAMENTO DOS BENEFÍCIOS.....	266
2.21.	VEDAÇÃO AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO FICTÍCIO.....	272
2.22.	TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, CONTAGEM RECÍPROCA E EMISSÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (CTC)	275

2.23. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA EM DECORRÊNCIA DA CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	378
2.24. INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A CONTAGEM DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	435
2.25. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO	455
2.26. VEDAÇÕES DE COMPLEMENTAÇÕES E INCORPORAÇÕES APÓS A EC 103/2019.....	459
2.27. ABONO DE PERMANÊNCIA.....	461
2.28. UNIDADE GESTORA ÚNICA.....	482
2.29. DIREITO ADQUIRIDO.....	492
2.30. REGISTRO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES POR MORTE NOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	495
2.31. FISCALIZAÇÃO DA UNIÃO	516
2.32. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	526
2.33. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP).....	528
2.34. EXTINÇÃO DE RPPS.....	532
2.35. LICENÇA SEM VENCIMENTOS E CONTRIBUIÇÃO AO RPPS OU RGPS.....	536
2.36. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL	537
2.37. DECADÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA	554
2.38. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO	555
2.39. REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS PELO CMN	557
2.40. AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL E NOTA ATUARIAL ANUAL.....	566
2.41. TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO E INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO.....	602
2.42. ACUMULAÇÃO DE REMUNERAÇÃO COM PROVENTOS DE CARGOS INACUMULÁVEIS.....	612
2.43. O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E O TEMA 350 STF	618
2.44. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP)	619

2.45. PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (PRÓ-GESTÃO RPPS).....	623
2.46. PERÍODOS EM RPPS E CONSIDERAÇÃO EM ACORDOS INTERNACIONAIS DE PREVIDÊNCIA	625
2.47. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 136/2025	635
2.48. CONTRIBUIÇÃO PASEP E EMENDA CONSTITUCIONAL 136/2025	650
2.49. PRÓ-REGULARIDADE RPPS	667
2.50. TABELA DAS PRINCIPAIS ADIS PROPOSTAS NO STF QUESTIONANDO A EMENDA 103/2019	680

CAPÍTULO 3 – REGRAS ESPECÍFICAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO E DEMAIS BENEFÍCIOS E LICENÇAS DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES FEDERAIS.....

3.1. GESTÃO DO RPPS FEDERAL.....	705
3.2. SEGURADOS.....	720
3.3. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	722
3.4. APOSENTADORIAS DO SERVIDOR FEDERAL EFETIVO – REGRAS PERMANENTES	733
3.5. REAJUSTAMENTO	804
3.6. PENSÃO POR MORTE	806
3.7. AUXÍLIO-NATALIDADE	896
3.8. SALÁRIO-FAMÍLIA	897
3.9. LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.....	898
3.10. LICENÇA À GESTANTE	899
3.11. LICENÇA À ADOTANTE	904
3.12. LICENÇA-PATERNIDADE.....	905
3.13. LICENÇA POR ACIDENTE DE SERVIÇO.....	905
3.14. ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SEGURADO E DE SEUS DEPENDENTES.....	905
3.15. AUXÍLIO-FUNERAL.....	906

3.16. AUXÍLIO-RECLUSÃO	907
3.17. ABONO DE PERMANÊNCIA	909
3.18. DIREITO ADQUIRIDO.....	911
3.19. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA	933
3.20. ACUMULAÇÃO INCONSTITUCIONAL DE CARGOS PÚBLICOS.....	942
3.21. REGRA DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA: ARTIGO 4º DA EC 103/2019 (SERVIDORES COMUNS E PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO)	954
3.22. REGRA DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA: ARTIGO 20 DA EC 103/2019 (SERVIDORES COMUNS E PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO)	971
3.23. REGRA DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA: ARTIGO 5º DA EC 103/2019 (POLICIAIS E AGENTES SOCIOEDUCATIVOS).....	975
3.24. REGRA DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA: ARTIGO 21 DA EC 103/2019 (AGENTES NOCIVOS)	993
3.25. BENEFÍCIO ESPECIAL PELA MIGRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR FEDERAL.....	1000

CAPÍTULO 4 - INATIVIDADE REMUNERADA E PENSÃO POR MORTE DOS MILITARES DA UNIÃO.....

1041

4.1. INTRODUÇÃO	1041
4.2. INATIVIDADE REMUNERADA.....	1055
4.3. PENSÃO POR MORTE	1058

APÊNDICES

1071

1. PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022: DISCIPLINA OS PARÂMETROS E AS DIRETRIZES GERAIS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 9.717, DE 1998, AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 10.887, DE 2004 E À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 2019.	1071
2. PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 10.360, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022: ESTABELECE ORIENTAÇÃO AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	

	FEDERAL – SIPEC, ACERCA DA CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO ÂMBITO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO - RPPS DA UNIÃO	1319
3.	PORTARIA SGP Nº 4645 DE 24/05/2022: DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E ORIENTA OS ÓRGÃOS E ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (SIPEC) ACERCA DA CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE DE QUE TRATAM A LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, E A LEI Nº 3.373, DE 12 DE MARÇO DE 1958	1381
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	1407